

O Império do Brasil e os Estados do Rio da Prata diante da Farroupilha (1835 – 1845)

The Empire of Brazil and the River Plate States in the face of the Farroupilha (1835 – 1845)

William Zolinger Fujii
Mestrando em História
Universidade de Brasília
william.fujii@yahoo.com.br

Recebido: 23/04/2015
Aprovado: 03/07/2015

RESUMO: Este artigo examina as relações do Império do Brasil com os Estados platinos durante a Guerra dos Farrapos, levando em conta o impacto da revolta separatista ocorrida na província meridional no tabuleiro da região entre os anos 1835 e 1845. Ao fazê-lo, também se considera as ações dos governos e das facções políticas da região, incluindo as dos próprios farrapos. Deste modo, pretende-se compreender como a Farroupilha influenciou o jogo político no Prata durante aquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Império do Brasil, Guerra dos Farrapos, Rio da Prata.

ABSTRACT: This article examines the relations between the Empire of Brazil and the Platine States during the Farrapos War, taking into account the impact of the separatist revolt that took place in the southern province on the wider region's chessboard between the years 1835 and 1845. In doing so, it also considers the actions of the region's governments and political factions, as well as the Farrapos. Thus, the article seeks to understand how the Farroupilha influenced the political game in the River Plate during that period.

KEYWORDS: Empire of Brazil, Farrapos War, River Plate.

Introdução

O Rio da Prata constituiu região prioritária para os interesses do Império do Brasil na América do Sul, tendo em vista o seu valor estratégico e geopolítico e a existência de fronteiras abertas com o extremo sul brasileiro. A importância do Prata também se justificava pela existência de um Estado em formação nessa região, cujo centro estava em Buenos Aires, que poderia rivalizar com o Império e ameaçar suas fronteiras e interesses. Os receios decorrentes de tais ameaças seriam potencializados com a deflagração da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, fragilizando o Império no contexto do tabuleiro platino e impactando nas relações do Estado brasileiro com as repúblicas rio-platenses. Este artigo

propõe-se a percorrer a trajetória das relações do Império do Brasil com os países platinos durante a Guerra dos Farrapos, examinando como o conflito na província meridional impactou nessas relações durante o período de insurreição rio-grandense.

A Farroupilha como movimento de repercussão internacional

Embora a Guerra dos Farrapos seja o tema mais estudado da história do Rio Grande do Sul, tradicionalmente, tanto a historiografia regional como a nacional tendem a abordar o episódio como um evento histórico essencialmente interno inserido no contexto das revoltas que varreram o Brasil durante o Período Regencial (1831-1840). Interpretando a sublevação farroupilha como movimento de contestação do poder central (governo regencial) por um poder periférico (elites rio-grandenses), esses estudos privilegiam as relações do Rio Grande do Sul farroupilha com o Rio de Janeiro, deixando de lado, na maioria das vezes, as ligações dos farrapos com os diversos Estados e facções políticas rio-platenses.

Como consequência, os impactos da Guerra dos Farrapos no mundo platino, seja no Estado Oriental do Uruguai, seja nas províncias de Buenos Aires, Corrientes, Entre Rios ou até mesmo no isolado Paraguai, são relegados a um segundo plano, quando não completamente ignorados. Apesar disso, é certo que o conflito do Rio Grande do Sul teve considerável repercussão nesse espaço, ultrapassando as fronteiras nacionais e adquirindo caráter internacional. Ou seja, ao mesmo tempo em que a Farroupilha sem dúvida se caracterizou como uma insurreição regencial, tal qual a Balaiada (1838-1841) no Maranhão, a Cabanagem no Grão-Pará (1835-1840) e a Sabinada (1837-1838) na Bahia, fazendo parte, portanto, das chamadas revoltas regenciais, ela também esteve inserida no tabuleiro geopolítico do subsistema platino. Além do próprio processo histórico de formação político-territorial do Rio Grande do Sul, a existência de fronteiras abertas e em movimento com o Uruguai, que se separara do Império¹ há apenas sete anos antes do início da Revolução Farroupilha e cujos habitantes possuíam ligações econômicas, políticas e sociais com os rio-grandenses, concorria para inserir a província no jogo político do Rio da Prata.

¹ Alvo de sucessivas invasões luso-brasileiras, o território correspondente ao atual Uruguai foi anexado formalmente ao Império do Brasil em 1821 sob o nome de província Cisplatina, não havendo, na prática, fronteiras definidas entre esta e a província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Essa situação permaneceria até 1851, quando as fronteiras meridionais do Brasil com o Uruguai foram finalmente delimitadas. Consultar PUCCI, Adriano Silva. *O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

Ainda no século 19, Tristão de Alencar Araripe Júnior² (1881) escreveu sobre o tema, abordando as contradições internas do movimento e apresentando uma crítica contundente à liderança farroupilha. Republicano e positivista, Araripe defende, dentre outras questões, que os líderes farrapos não eram republicanos convictos e que a separação da província e sua transformação em república teriam sido motivadas mais por interesses particulares desses caudilhos do que por convicção na causa republicana, demonstrando claramente suas restrições com relação à Farroupilha.

Já no Período Republicano, Dante de Laytano, em *História da República Rio-Grandense* (1936), apresenta uma visão mais favorável ao episódio da Guerra dos Farrapos, ainda que procure manter-se neutro perante seu objeto de pesquisa. Escrita no contexto das comemorações do centenário da eclosão da Farroupilha, durante o governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937), a obra de Laytano, no entanto, demonstra maior distanciamento entre o autor e os acontecimentos históricos do que a de Araripe. Apesar de ter sido publicado em um período marcado pelo nacionalismo do governo Vargas,³ onde crescia a tendência historiográfica de apresentar a Farroupilha como um movimento não separatista e conferir-lhe um caráter brasileiro, o estudo de Laytano não prioriza a questão ‘separatismo ou não separatismo.’

Ao invés de percorrer esse caminho, procura, dentre outras questões, identificar as diversas causas da Revolução Farroupilha e explicar o surgimento do movimento que deu origem ao Vinte de Setembro (1835). Contudo, assim como Araripe, o enfoque de Laytano é voltado para o Brasil e aborda a Farroupilha como um acontecimento interno, ou seja, como uma revolução e guerra essencialmente nacionais. O mesmo ocorre com a maioria dos autores que escreveu sobre a Guerra dos Farrapos naquele período, como Alfredo Varela, autor do maior número de obras sobre o tema e cujo principal trabalho, *História da grande revolução* (1933), deu origem à importante *Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha 1835/1845*, organizada e mantida pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Em seus seis volumes, a obra de Varela aborda variados aspectos da revolução e do

² *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Editora Corag, 1986.

³ Embora a política altamente centralizadora que caracterizou o Estado Novo (1937-1945) ainda não tivesse sido implantada, visto que vigia, à época, a Constituição de 1934, que garantia a autonomia dos estados.

conflito que se seguiu, mas estes são retratados através de uma óptica nacional, como uma questão interna do Império do Brasil.

De fato, é inegável que a Farroupilha foi um movimento ocorrido em território brasileiro e esteve inserido no contexto das revoltas regenciais que tanto abalaram o país naqueles anos, como já se mencionou acima. Mas seu caráter e desdobramentos não se restringiram a um acontecimento apenas interno, tendo ultrapassado as fronteiras do Império e repercutido no Rio da Prata, extrapolando, portanto, os campos da História do Brasil e da História do Rio Grande do Sul para penetrar no campo da História da América, dados os ecos que reproduziu no jogo político e conflitos rio-platenses deflagrados no decênio 1835-1845. Tal perspectiva passou a ser adotada por alguns autores a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980, a exemplo de Spencer Leitman (1979). O autor privilegia uma abordagem socioeconômica da Guerra dos Farrapos e, ao fazê-lo, demonstra a importância que o Uruguai teve para a economia rio-grandense durante o conflito devido ao intenso fluxo de gado dos pastos orientais para o Rio Grande do Sul.

Por sua vez, Luiz Alberto Moniz Bandeira (1985), embora não tivesse a Guerra dos Farrapos como objeto central de sua pesquisa, abordou o tema em *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Rio da Prata. Da colonização ao Império*. Ainda que o foco do autor sejam as relações do Brasil com os Estados rio-platenses, em especial a Argentina, o Rio Grande do Sul surge no livro como objeto privilegiado da pesquisa na medida em que era através do território rio-grandense que o Império projetava seu poder no Rio da Prata. Desde o Período Colonial, quando a Coroa portuguesa se lançou em uma corrida expansionista rumo ao estuário do Prata, o Rio Grande do Sul aparecia como um extenso corredor entre o limite meridional da América portuguesa em Laguna (Santa Catarina) até a isolada Colônia do Sacramento, fundada por portugueses em território espanhol, na margem oriental do Rio da Prata e defronte a Buenos Aires. Deste modo, a análise de Moniz Bandeira sobre a atuação do Império do Brasil naquela região passa, necessariamente, pelo Rio Grande do Sul, e é justamente aí que o autor demonstra que os eventos em torno da Farroupilha são indissociáveis das disputas políticas, econômicas e militares platinas.

Na mesma linha, Gabriela Nunes Ferreira (2006) enfrenta a temática da atuação do Império do Brasil no Rio da Prata e insere a Farroupilha no âmbito dos conflitos platinos

existentes à época. Assim como Bandeira, o objeto central da autora não é o Rio Grande do Sul farroupilha, mas sua análise destaca as estreitas relações existentes entre este e o Uruguai, inclusive argumentando que, na prática, ambos formavam uma unidade territorial, dada a inexistência de fronteiras reais entre o extremo sul brasileiro e o território uruguaio⁴. De certo modo, Ferreira desloca a Farroupilha para o subsistema platino ao mesmo tempo em que sugere que o Rio Grande do Sul servia como ‘correia de transmissão dos problemas platinos para dentro do Império do Brasil’. Também destacando o caráter internacional da guerra, César Augusto Guazzelli, em suas diversas obras, aborda as relações entre os líderes farroupilhas e os caudilhos rio-platenses, apontando a imprescindibilidade do porto de Montevideu para o esforço de guerra farroupilha em face do bloqueio do litoral rio-grandense pela Armada Imperial.⁵

Percebe-se, assim, uma tendência relativamente recente de não encarar a Revolução Farroupilha como episódio exclusivamente nacional, mas como um episódio interno que extrapolou as fronteiras nacionais e teve repercussões fora do território brasileiro. E esse espaço foi o Rio da Prata. Passemos, agora, à análise do impacto que a guerra no Rio Grande do Sul teve nas disputas platinas daquele período e da dinâmica das ações do Império, do Uruguai, da Confederação Argentina e do Paraguai – este, em menor grau – diante desse conflito.

O Império do Brasil e o Rio da Prata em 1835

Os governos regenciais que governaram o Império após a abdicação de D. Pedro I, em sete de abril de 1831, herdaram a maior parte das questões das quais o governo imperial havia se ocupado na Bacia do Rio da Prata. Principal palco de disputas territoriais entre Espanha e Portugal desde os tempos coloniais, a região demandava especial atenção do governo imperial devido à sua importância estratégica e à complexa teia de relações e interesses existente na região.

⁴ NUNES, Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

⁵ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *A República Rio-Grandense e a praça de Montevideu (1836-1842)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

Nos anos que se seguiram à sua Independência, o Brasil buscou uma aproximação às Províncias Unidas do Rio da Prata⁶ no contexto da desintegração do sistema colonial que estava em curso, tendo como objetivo o estreitamento das relações comerciais e políticas. Abandonando a antiga lógica da política luso-brasileira para a região, José Bonifácio de Andrada, no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, enviou um emissário a Buenos Aires e propôs uma maior aproximação do Brasil com as províncias platinas⁷. Preocupava-se o primeiro chanceler da história do Brasil independente com uma possível ação recolonizadora por parte de Portugal e Espanha, que, apesar de não ter se concretizado, aparecia como ameaça real durante o primeiro semestre de 1823.

Apesar da iniciativa de Bonifácio, o acordo com as Províncias Unidas não se materializou, em parte devido à questão da Cisplatina, antigo ponto de atrito entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Alvo de invasões luso-brasileiras, a começar pela intervenção levada a cabo por D. João VI ainda em 1811, a Banda Oriental manteve-se como objeto de fricção entre o Império e Buenos Aires mesmo após suas respectivas independências. Anexado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821 sob o nome de Província Cisplatina, o território oriental constituiria um fator de tensão – embora longe de ser o único – entre os dois gigantes sul-americanos ao longo das décadas de 1820, 1830 e 1840. Parte integrante do Brasil, a Cisplatina participou e foi palco do processo de Independência nacional, sendo uma das províncias onde houve maior resistência portuguesa, dada sua localização estratégica. Poucos meses após a expulsão dos últimos contingentes lusitanos da Cisplatina, no entanto, teve início a luta pela independência da província, iniciada em 1825.

Liderados pelo caudilho oriental Juan Antonio Lavalleja, os 33 orientais⁸ desembarcaram na Cisplatina e proclamaram sua independência, declarando sua separação do Império e aceitando sua anexação pelas Províncias Unidas, apesar de tal decisão ter sido tomada pelo governo de Buenos Aires. O governo imperial reagiu, e D. Pedro respondeu enviando tropas à Banda Oriental. Começava a Guerra da Cisplatina, cujo fim, em 1828, resultaria no nascimento do Uruguai como nação independente; como um Estado-tampão

⁶ Entidade política precursora da Confederação Argentina e da República Argentina, existiu entre 1810 e 1831.

⁷ DORATIOTO, Francisco. *O Brasil e o Rio da Prata (1822 – 1994)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014, p.17. DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁸ Grupo de patriotas orientais que havia se exilado em Buenos Aires, de onde retornaram para retomar a Banda Oriental.

entre dois gigantes sul-americanos. Colocava-se, como dizia Lorde Ponsomby – um dos mediadores da paz entre o Brasil e as Províncias Unidas –, ‘*um algodão entre dois cristais*’.⁹

Apesar de perder a Cisplatina, a independência do Uruguai não era necessariamente desvantajosa para o Brasil, pois a navegação dos rios Paraná e Uruguai, essencial para o acesso à isolada província de Mato Grosso e partes de São Paulo,¹⁰ estava assegurada enquanto Montevideú permanecesse independente. Caberia, então, ao Rio de Janeiro atuar no sentido de garantir a manutenção da independência uruguaia, e a ambição, real ou aparente, de Buenos Aires de anexar seu pequeno vizinho se tornaria preocupação constante dos governantes do Império do Brasil daquele período.

Pelo mesmo motivo, interessava ao Brasil a existência de um Paraguai independente e livre das pretensões de Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires que se recusava a reconhecer a soberania paraguaia. Parte do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, o Paraguai optara por se separar da jurisdição de Buenos Aires após o início do processo de independência argentina em maio de 1810, e desde então era visto como uma província rebelde.

No poder desde 1829,¹¹ Rosas era associado por seus adversários a um ambicioso projeto geopolítico de reconstruir o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, o que implicava a anexação de Paraguai e Uruguai, além de parte do Alto Peru¹² e a porção meridional do Brasil, mormente a região dos Sete Povos das Missões, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.¹³ Ainda, havia inquietações referentes aos interesses da França e da Grã-Bretanha na região, fator de preocupação não só para brasileiros, mas também para os demais governos, embora este artigo não trate especificamente das intervenções das potências europeias no Prata. Deste modo, pode-se dizer que os principais objetivos do Império na região, à época, eram: Manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai, livre navegação da Bacia do

⁹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: A balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996, p.31.

¹⁰ À época, a província de São Paulo também compreendia o atual estado do Paraná, cujo desmembramento e transformação em província ocorreram em 1853.

¹¹ Primeiro, Rosas governou com poderes limitados entre 1829 e 1832, voltando para um segundo governo, em 1835, com poderes ditatoriais na hegemônica província de Buenos Aires.

¹² Núcleo do território que se tornaria a Bolívia, cuja denominação durante a maior parte do Período Colonial havia sido província de Charcas.

¹³ LORENZO, Celso Ramón. *Manual de historia constitucional argentina, volume 2*. Rosário: Editorial Juris, 1997, p.178.

Rio da Prata, defesa da integridade territorial nacional, definição das fronteiras e a contenção de Buenos Aires – ainda não tão patente à época –, todos interligados entre si.

A eclosão da Farroupilha e a conjuntura política no Prata (1835 – 1836)

Em linhas gerais, a política externa do Brasil para o estuário do Prata, entre os anos 1828 e 1843, foi de neutralidade, evitando se envolver em questões internas dos países da região.¹⁴ Contudo, a eclosão da Farroupilha fez com que essa política de neutralidade passasse a conviver com iniciativas mais incisivas, ainda que pontuais. Na lógica brasileira, o Rio Grande do Sul era visto como uma questão interna, não como assunto externo, o que servia para legitimar os esforços do fraco governo regencial na tentativa de colocar um fim ao movimento separatista e assegurar a integridade político-territorial do país, cuja identidade nacional ainda estava em vias de formação.

Não cabe, aqui, discutir as causas da Revolução Farroupilha – tal objetivo demandaria outro artigo –, mas apenas apontar que os diversos motivos que levaram os farrapos a se rebelarem contra o Império estiveram ligados tanto a questões internas quanto a assuntos relativos às repúblicas do Prata, além da própria condição fronteira da província. Uma combinação de fatores históricos, políticos, sociais, econômicos e geográficos haviam contribuído para que São Pedro do Rio Grande do Sul ocupasse uma posição peculiar dentro do Império do Brasil, pois, ao mesmo tempo em que era parte integral dessa entidade política, a província possuía características e interesses que a inseriam no jogo político do Prata. Muitos chefes militares rio-grandenses, por exemplo, haviam participado das campanhas militares luso-brasileiras na Banda Oriental desde 1811 e tinham interesses concretos no Uruguai. Era o caso de Bento Gonçalves, principal líder do movimento farroupilha, que não só era proprietário de estâncias e grandes rebanhos de gado no Uruguai, como também mantinha vínculos políticos e pessoais com o caudilho oriental Juan Antonio Lavalleja.¹⁵ Da mesma forma, Bento Manuel Ribeiro, militar e caudilho rio-grandense (embora fosse paulista de nascimento), mantinha estreitas relações com o presidente uruguaio Fructuoso Rivera

¹⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2008, p.109.

¹⁵ GUAZZELLI, César Augusto. O Rio Grande de São Pedro e a fronteira no espaço platino na primeira metade do século XIX. *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005, p.4.

(1830-1834), tendo o protegido quando ele fugiu para terras rio-grandenses durante a Guerra da Cisplatina.¹⁶

Tais ligações com o Estado Oriental acarretaram suspeitas do governo imperial antes mesmo da eclosão da Farroupilha, quando Bento Gonçalves e Bento Manuel foram acusados de planejar a separação de São Pedro do Rio Grande do Sul do Império e uni-la ao Uruguai por meio de laços federativos. Em 12 de abril de 1835, na Assembleia Legislativa provincial, Gonçalves foi acusado nominalmente pelo presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga, ao passo que Bento Manuel foi afastado do posto de Comandante da Fronteira em Alegrete.¹⁷ Sem adentrar à questão se essas acusações eram procedentes ou não, o fato é que as relações entre os principais líderes rio-grandenses e os caudilhos uruguaios não passavam despercebidas pelos governantes do Império, que desconfiavam das vinculações existentes entre sua província meridional e sua ex-província que se separara há poucos anos. O início da Farroupilha e a tomada de Porto Alegre pelos rebeldes pareciam confirmar as suspeitas do presidente Braga ao mesmo tempo em que fragilizava o Império no contexto do jogo político do Rio da Prata, criando um foco de subversão justamente na fronteira mais problemática do país, que não era outra senão a do extremo sul.

Com a secessão da província meridional, declarada em 11 de setembro de 1836, a situação do Brasil no Rio da Prata torna-se mais complexa e delicada. Se um Rio Grande do Sul rebelde já causava apreensão no Rio de Janeiro, o caráter separatista assumido pela revolução agravou consideravelmente esse quadro. Às causas que deram origem à Farroupilha acrescentava-se o separatismo,¹⁸ impulso que, na perspectiva do governo brasileiro, deveria ser combatido com todo o rigor e recursos possíveis, pois colocava em risco a própria unidade político-territorial do Império. Do ponto de vista dos farrapos, o conflito deixava de ter feições separatistas para converter-se em uma guerra de resistência,

¹⁶ FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: As ideias políticas da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1982, p.71.

¹⁷ BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército Farrapo e seus chefes*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1992, p.80-81.

¹⁸ O sentimento separatista já existia entre parte da elite rio-grandense antes de 1836, mas foi com a radicalização gerada pelo início da Guerra dos Farrapos que foi colocado em prática. Diante dessa situação, mesmo os líderes farrapos que se opunham à separação da província passaram a apoiá-la, como o próprio general Antônio de Sousa Neto, monarquista e proclamador da República Rio-Grandense.

uma vez que, na visão majoritária dos rebeldes, já não se tratava de uma província insurreta, mas sim de um Estado independente em construção.¹⁹

Dentre diversas preocupações, causava particular temor no governo regencial a possibilidade de a independência da República Rio-Grandense consolidar-se e, eventualmente, vir a se unir à Confederação Argentina²⁰ ou ao Uruguai. Para esses Estados, a existência de um Rio Grande do Sul independente seria vantajosa, pois debilitaria o Império e o afastaria da região, já que se criaria um tampão entre o Brasil e o Rio da Prata.

A província de Buenos Aires, no entanto, manteve uma posição discreta com relação aos farrapos, pois se a Rosas interessava um Império fragmentado, também lhe era conveniente a desorganização da economia rio-grandense, uma vez que a indústria saladeiril da província era concorrente da bonaerense,²¹ Ainda assim, o ditador portenho dava sinais de que preferia os farrapos ao Império, motivo pelo qual Buenos Aires posicionou-se ao lado dos separatistas inicialmente,²² embora tal opção não se traduzisse em nenhum auxílio concreto.

No Uruguai, a disputa entre facções riveristas e oribistas, iniciada no mesmo ano em que eclodiu a Farroupilha, concorria para retardar a consolidação do Estado Nacional Oriental e criava uma situação de grande instabilidade em toda a região. De um lado, o general Manuel Oribe representava as forças agrárias e nacionalistas, com base política e econômica no interior do país. De outro, Fructuoso Rivera, primeiro presidente constitucional do Uruguai (1830 – 1834), defendia o liberalismo econômico e buscava a supremacia de Montevideu sobre o resto do país.

Tratava-se de um quadro novo, visto que Rivera e Oribe eram antigos aliados. Após sua chegada ao poder, porém, Oribe aos poucos se afastou de Rivera e se aproximou de seus adversários, Lavalleja e Rosas, formando uma aliança com Buenos Aires e tornando-se uma

¹⁹ DORNELLES, Laura Leão de. Guerra Farroupilha: Considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Vol. 2, Número 4, Dezembro de 2010.

²⁰ A partir de 1835, as Províncias Unidas passam a ser conhecidas também como Confederação Argentina, uma união entre 14 províncias soberanas cuja representação internacional estava a cargo de Buenos Aires.

²¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Paraguai e Uruguai*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.113.

²² ROSA, José María. *Historia argentina: Unitarios y federales (1828 – 1841)*. Charleston: Nabu Press, 2012, p.275-276

extensão dos interesses portenhos no Uruguai. Ocupando a presidência uruguaia em 1835, Oribe não escondeu sua simpatia pela Revolução Farroupilha e passou a vislumbrar uma futura união entre a República Rio-Grandense e o Uruguai.²³

Já o Paraguai mantinha seu isolamento político do mundo exterior devido à política isolacionista do ditador perpétuo José Gaspar Rodríguez de Francia, não havendo contatos diplomáticos com outros países até sua morte em 1840.²⁴ Apesar disso, os interesses comerciais paraguaios estavam inequivocamente ligados às questões da região, já que o país, sem saída para o mar, tinha no estuário do Prata sua única possibilidade de acesso ao comércio internacional através do porto de Buenos Aires. O governo bonaerense, contudo, visando ao estrangulamento do Paraguai, não permitia que os produtos paraguaios passassem por seu porto.

Portanto, quando a independência do Rio Grande do Sul foi declarada, o quadro político platino estava configurado pelo apoio simbólico de Rosas e prático de Oribe aos rebeldes rio-grandenses, pelo conflito militar entre blancos e colorados e por um Paraguai isolado das turbulências que varriam a região.

Farroupilhas, blancos e colorados

A fundação da República Rio-Grandense marcou o início de uma nova fase na Guerra dos Farrapos, parecendo confirmar, na perspectiva do Império, as suspeitas de que uma união entre sua província meridional rebelde e o Uruguai era questão de tempo. Sendo o governo constitucional uruguaio simpático à Farroupilha, restava ao governo regencial buscar o estreitamento de relações com Rivera, visto como figura capaz de resistir à influência de Rosas sobre o Uruguai e, em última instância, assegurar a manutenção de sua independência. Buscando derrubar Oribe do poder, Rivera, sob o beneplácito das autoridades imperiais, iniciou uma sublevação contra o governo uruguaio em julho de 1836,

²³ MAGNOLLI, Demétrio. *O corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*, São Paulo: Editora UNESP, 1997, p.154.

²⁴ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.24.

levando o chanceler desse país, Francisco Llambi, a protestar por intermédio do representante diplomático imperial em Montevidéu.²⁵

Não obstante, Rivera e suas tropas acabaram derrotados pelas forças legalistas de Oribe na Batalha de Carpintería²⁶ em 19 de setembro, frustrando as expectativas do governo regencial de vê-lo de volta à presidência oriental. Vencido, o caudilho fugiu para o Rio Grande do Sul e se incorporou às forças imperiais. Com sua derrocada, ainda que temporária, o Império perdeu um importante interlocutor no Uruguai que poderia fazer frente à aliança entre federais argentinos e blancos uruguaios, que por seu turno apoiavam os separatistas rio-grandenses.

Deste modo, o apoio do governo Oribe à República Rio-Grandense representava um obstáculo aos objetivos do Império no âmbito da Farrroupilha, pois os farrapos, além de receberem auxílio material dos uruguaios, se refugiavam em território oriental com certa frequência, de onde retornavam quando as circunstâncias permitiam.²⁷

Ainda, desde o início do conflito, o Brasil optara por estrangular economicamente o Rio Grande do Sul através de um bloqueio naval do seu litoral, isolando a província do mundo externo na tentativa de sufocar o movimento separatista. Diante desse quadro, o Estado Oriental surgia como alternativa para contornar o bloqueio imperial, neutralizando parcialmente essa medida adotada pelo governo regencial. Já em outubro de 1836, o governador legalista da província, Araújo Ribeiro, levava ao conhecimento do Rio de Janeiro o fato de que a Lagoa Mirim estava sendo utilizada para transportar armas para os farrroupilhas.²⁸ Ou seja, o Império via-se numa situação de hostilidade com o Rio Grande do Sul, que recebia apoio de Uruguai, Corrientes e Entre Rios, além de um apoio retórico de Buenos Aires.

Durante o período em que esteve exilado no território rio-grandense sob ocupação imperial, Rivera, internado em Porto Alegre, fez gestões junto ao governo provincial no sentido de convencer o Império da necessidade de remover Oribe do poder em Montevidéu.

²⁵ CANDIDO, Salvatore. *Giuseppe Garibaldi: Corsário rio-grandense*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992, p.42.

²⁶ Onde surgem as divisões partidárias entre *blancos* e *colorados*.

²⁷ GOLIN, Janaína. Relações do Império do Brasil e das lideranças farrroupilhas com o Prata (1835-1845). *Revista Semina*, Vol. 10, 2º Semestre, 2011.

²⁸ GUAZZELLI. *A República Rio-Grandense e a Praça de Montevidéu (1836-1842)*, p.6.

Em particular, chamava a atenção para o auxílio que o Estado Oriental dava aos rebeldes e vinculava o fim da Guerra dos Farrapos à queda de Oribe.²⁹ Por sua vez, o governo regencial, sob o comando do regente Diogo Feijó, preferiu chegar a algum entendimento com o governo uruguaio. Uma série de negociações foi realizada pelos dois governos a partir de junho de 1837, chegando o governo regencial a propor um tratado de auxílio mútuo entre o Império e o Estado Oriental que criaria as bases para que ambos se ajudassem no combate aos seus respectivos insurretos. Sobre esse episódio, diz Pandiá Calógeras que o acordo sugerido incluiria:

auxílios recíprocos, constantes de força de terra e mar, bem como de recursos pecuniários; as tropas de cada nação conservariam seus uniformes, e seriam comandadas por um chefe geral do país em cujo território operassem; os criminosos políticos seriam imediatamente retidos e enviados para longe das fronteiras, ficando ao arbítrio do governo do qual fossem súditos marcar o lugar de internação, para onde receberiam passaporte; desarmamento e internação das forças rebeldes que passarem de um para outro país; entrega recíproca dos chefes da rebelião³⁰.

Com essa iniciativa, buscava o governo regencial não só colocar um fim ao auxílio que o Uruguai prestava aos rebeldes rio-grandenses, mas assegurar que o território oriental não fosse mais utilizado pelos exércitos farroupilhas. Estando os portos de Rio Grande e de São José do Norte bloqueados pela esquadra imperial, o ‘fechamento’ do Uruguai – tanto a campanha uruguaia quanto o porto de Montevideu – para os farrapos levaria a um sufocamento completo da República Rio-Grandense do ponto de vista de sua comunicação e comércio com o exterior. Além disso, ao tentar arrancar de Oribe o compromisso de que quaisquer forças farroupilhas que cruzassem a fronteira fossem combatidas e capturadas pelas tropas legalistas uruguaias, o governo regencial pretendia evitar que os farrapos se refugassem em território oriental sempre que necessário, problema que incomodava o governo regencial desde o início das hostilidades em 1835. Mas as tratativas não deram os resultados esperados, afetadas que foram pelas questões lindeiras que o Império mantinha com o Uruguai, além das restrições que muitos parlamentares brasileiros tinham com relação

²⁹ CANDIDO. *Giuseppe Garibaldi*, p.43.

³⁰ CALÓGERAS, Pandiá. *A política exterior do Império, v. III – Da Regência à queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal, 1998, p.208.

à possibilidade de entrada de tropas uruguaias em solo rio-grandense com a finalidade de perseguir os riveristas.³¹

Com isso, o governo Feijó, que já estava fragilizado devido à sua atuação diante das revoltas regenciais, viu-se sem condições de governar e caiu em setembro de 1837 pela renúncia do próprio regente. A possibilidade de se chegar a um entendimento com o governo Oribe se desmanchava, e o novo governo regencial de Araújo Lima, defensor de uma política externa mais incisiva, decidiu instrumentalizar Rivera para destituir Oribe do poder e tentar colocar um fim à Farrroupilha. Diferentemente dos liberais de Feijó, o grupo conservador de Araújo Lima era mais centralizador internamente e mais firme em sua política exterior, o que explica parcialmente a mudança de direção da atuação do governo imperial com relação à guerra no Rio Grande do Sul. A unidade nacional, mais cara aos conservadores do que aos liberais,³² impunha-se ao governo Araújo Lima como elemento legitimador de uma política mais forte e ativa no âmbito das diferentes revoltas regionais, principalmente a Farrroupilha. Era imprescindível pacificar a província sulina, e, para tanto, o governo Oribe deveria cair.

Assim, com o apoio concreto do Império, Rivera iniciou uma segunda sublevação contra o governo uruguaio ainda em 1837, que também contou com o apoio das forças lalallejistas e da França. Desta vez a sublevação é bem-sucedida, e o governo constitucional do Estado Oriental é deposto em agosto de 1838, tendo Oribe abandonado a capital e se refugiado em território portenho.³³ Na República Rio-Grandense, apesar do ímpeto do regente Araújo Lima, os exércitos farroupilhas ganhavam terreno contra os imperiais,

³¹CALÓGERAS. *A política exterior do Império*, p.212-213.

³²O que não significa dizer, de forma alguma, que os liberais não buscavam manter a unidade político-territorial do Brasil. O que havia era uma visão compartilhada pelas lideranças liberais de que o poder político deveria ser dividido entre o governo central e as províncias, uma visão essencialmente descentralizadora. Os conservadores, por outro lado, sustentavam sua tese centralizadora principalmente no argumento da unidade nacional, cuja manutenção, para eles, dependia sobretudo de um governo forte e centralizado que servisse como centro aglutinador das províncias. Tais visões divergentes sobre a divisão de poderes no Estado Imperial era refletida na política interna e externa das regências Feijó e Araújo Lima no contexto da Farrroupilha, com esta sendo mais enérgica e, aquela, mais relutante. Sobre o debate entre partidários da centralização e da descentralização política desse período, consultar FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.

³³ Além do apoio do Império a Rivera, pesou, na derrota de Oribe, o bloqueio naval do Rio da Prata imposto pela França a partir de 28 de março de 1838. Tal ação teve como causa o conflito diplomático entre o governo Rosas e o Reino da França, e duraria até outubro de 1840, quando o bloqueio foi levantado sem que os franceses atingissem seus objetivos. Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2012), *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai*.

chegando a dominar a maior parte do território rio-grandense, com as notórias exceções de Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte.

À primeira vista, o retorno de Fructuoso Rivera ao poder poderia sugerir que o Império poderia finalmente ter o Uruguai como aliado, e que essa nova realidade aceleraria o fim da guerra no Rio Grande do Sul. Porém, ao mesmo tempo em que tratava com os imperiais, Rivera negociava secretamente com os farroupilhas, que também o assistiram na campanha contra Oribe.³⁴ Como consequência, os farrapos firmaram o Tratado de Cangüé com os colorados, por meio do qual se estabeleceu uma aliança defensivo-ofensiva entre o Estado Oriental e a República Rio-Grandense.³⁵

Em que pese essa aliança, o ambivalente caudilho oriental continuou buscando favores do Império, pois seus inimigos não haviam sido derrotados por completo. Exilados em Buenos Aires, os blancos contavam com o apoio dos federales de Rosas para invadir o Uruguai e retomar o poder, visto que o governador bonaerense, além de aliado, continuava reconhecendo Oribe como presidente legítimo daquele país. Na presidência pela segunda vez, Rivera declarou guerra a Rosas, que, a essa altura, já não manifestava apoio aos farrapos.

Desta forma, o ano de 1839 alterava o tabuleiro platino de forma significativa: Oribe já não auxiliava os farrapos, que passaram a contar com o apoio de Rivera, que solicitava a proteção do Brasil contra Rosas, enquanto Buenos Aires entrava em guerra contra o Uruguai, governado pelos colorados riveristas aliados dos unitários argentinos exilados em Montevideú.

O Império, por sua vez, encontrava-se em difícil situação onde duas de suas prioridades se chocavam: A pacificação do Rio Grande do Sul e a manutenção da independência do Uruguai.³⁶ Por um lado, sabia que o Uruguai sob o governo de Rivera continuava fornecendo ajuda aos republicanos rio-grandenses, e que ajudá-lo significava retardar o fim da guerra no Rio Grande do Sul; por outro, Rosas havia nomeado Oribe

³⁴ NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2011, p.33.

³⁵ GUAZZELLI. *A República Rio-Grandense e a Praça de Montevideú*, p.6

³⁶ FERREIRA. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*, p.82.

comandante das forças da Confederação Argentina e planejava invadir o Uruguai, plano que, se bem-sucedido, colocaria em xeque a independência do Estado Oriental.

Por considerar o caudilho uruguaio um mal menor do que Rosas, o Rio de Janeiro acabou ficando do lado dos colorados mais uma vez. Para neutralizar a aliança entre a República Rio-Grandense e o Uruguai, o governo regencial ofereceu vantagens financeiras a Rivera para que este não cumprisse as obrigações previstas no Tratado de Cangüé. Como consequência, o governo uruguaio cessou seu apoio aos farroupilhas momentaneamente, que perderam o direito de utilizar o porto de Montevideú para escoar sua produção de charque e couro, ao passo que autorizou forças imperiais a usarem o território oriental para perseguir republicanos rio-grandenses.³⁷ A política externa mais audaz da regência Araújo Lima parecia surtir efeitos.

Farroupilhas, Rosas e a Guerra Grande

A declaração de guerra de Rivera a Buenos Aires deu início à Guerra Grande (1839 – 1851), cujos acontecimentos tiveram repercussão nas relações do Império com o Rio Grande do Sul e as repúblicas do Prata. Embora tratasse de uma guerra civil entre o Partido Blanco e o Partido Colorado, as vinculações externas e o fato de Oribe haver se exilado em Buenos Aires e recebido o apoio de Rosas fez com que o conflito ultrapassasse as fronteiras uruguaias. Do lado brasileiro da fronteira, o governo do regente Araújo Lima manteve a neutralidade diante do conflito que se iniciava, em que pese sua preferência pelo Partido Colorado, pois a guerra no Rio Grande do Sul não permitia que o Império interviesse militarmente na Banda Oriental. Na tentativa de colocar um fim à guerra, o governo brasileiro elevou o imposto sobre o charque rio-platense para 25 por cento,³⁸ antiga reivindicação da elite rio-grandense e um dos motivos que levaram à Revolução Farroupilha. Porém, do ponto de vista da pacificação da província, a medida não teve os efeitos desejados no curto prazo.

A guerra civil no Uruguai estava estreitamente vinculada à disputa política entre Buenos Aires e as províncias mesopotâmicas argentinas acerca do tema centralização versus descentralização, embate que guardava algumas semelhanças com o que ocorria no Brasil

³⁷ FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: Realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.234.

³⁸ FERREIRA. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*, p.82.

desde o processo de Independência, embora o caso argentino tivesse características próprias não vistas no brasileiro, como o próprio processo histórico de emancipação das províncias rio-platenses e a questão das rendas aduaneiras do porto de Buenos Aires. Opositores de Rosas, os unitários argentinos liderados por Juan Lavalle mantinham vinculações com os colorados de Rivera e haviam feito de Montevideú um reduto de forças anti-rosistas, enquanto os federais rosistas eram aliados dos blancos oribistas.³⁹

Nesse contexto, a província de Corrientes, que havia organizado um exército abertamente com o objetivo de combater Rosas em meados de 1838, aliou-se ao Uruguai colorado, assinando um tratado ofensivo-defensivo com Montevideú no mesmo ano. Portanto, ao declarar guerra a Buenos Aires, Rivera inseria o Uruguai na guerra civil argentina, da mesma forma que Rosas havia colocado a Confederação Argentina no centro da guerra civil uruguaia. Ao saber dos planos de Rivera e Genaro Berón de Astrada, governador de Corrientes, Rosas buscou o apoio da província de Entre Rios, com quem mantinha boas relações. As províncias de Entre Rios e Corrientes entrariam em conflito em março de 1839, com aquela saindo vitoriosa e destruindo o exército correntino, o que implicou a derrota de aliados dos colorados riveristas. Vitorioso, o governador entrerriano Pascual Echagüe invadiu o Uruguai com o intuito de derrubar Rivera e recolocar Oribe no poder, mas acabou derrotado na Batalha de Cagancha em 29 de dezembro de 1839.⁴⁰

Por sua vez, durante um tempo, os farroupilhas buscaram maior aproximação com Rosas devido à ambiguidade de Rivera com relação ao Império, o que servia como elemento de desconfiança por parte dos líderes da revolução. Nesse sentido, gestões foram feitas por intermédio de Pascual Echagüe, mas, apesar da desconfiança que Rivera despertava, Bento Gonçalves e a cúpula farroupilha viam o Uruguai como um aliado natural, dadas as ligações e interesses que tinham no país. Além disso, o exemplo bem-sucedido da independência da Cisplatina servia como fonte de inspiração para os separatistas rio-grandenses, e a conjuntura do momento levava à conclusão de que a consolidação da independência da República Rio-

³⁹ ZUBIZARRETA, Ignacio. Una sociedad secreta em exilio: los unitarios y la articulación de políticas conspirativas antirrosistas en el Uruguay, 1835-1836. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, no. 31, Jan/Dez, 2009.

⁴⁰ GALLO, Claudio Rodolfo. *“Claroscuros” de la Historia Argentina*. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2014, p.349.

Grandense passava pela aliança com o Uruguai, concorrendo para que a opção por Rivera prevalecesse.⁴¹

Afastada a possibilidade de aproximação a Rosas, e diante do impasse nos campos de batalha contra o Império, os farroupilhas buscaram ampliar seu leque de alianças como forma de consolidar a independência de sua república. Recorreram à província de Corrientes, ao Paraguai e ao Uruguai, de quem voltara a receber apoio secretamente. Em dezembro de 1841, a República Rio-Grandense e o Estado Oriental assinaram o Tratado de San Fructuoso, pelo qual firmavam o compromisso de auxílio mútuo para invadir Entre Rios.⁴² Ou seja, Rivera e os colorados haviam repellido a invasão entreterriana, mas careciam de força militar para invadir uma Entre Rios apoiada por Bueno Aires. Por essa perspectiva, é possível compreender a lógica por trás da solicitação de Rivera para que os farroupilhas o apoiassem na invasão de Entre Rios.

Para Bento Gonçalves e seus partidários, a invasão de Entre Rios naquele momento não era um objetivo prioritário ou sequer desejável, mas, diante da necessidade de fortalecer a aliança com o Uruguai, comprometeram-se a auxiliá-lo nessa campanha. Ao Paraguai e à Corrientes, o governo farroupilha enviou o plenipotenciário José Pinheiro de Ulhoa Cintra para negociar a formação de um bloco contra o ditador bonaerense. No entanto, receoso em provocar o Império do Brasil, o governo paraguaio mostrou-se relutante e preferiu não estabelecer nenhum tipo de compromisso com a República Rio-Grandense.⁴³

Por outro lado, mais uma vez em confronto aberto com Buenos Aires, os correntinos viam a busca de maiores entendimentos com os farrapos de forma positiva, dado o antagonismo de ambos com relação a Juan Manuel de Rosas. As tratativas foram bem-sucedidas, e, em março de 1842, emissários rio-grandenses assinaram uma convenção secreta com o governador de Corrientes, Pedro Ferré.⁴⁴

⁴¹ GUAZZELLI, César Augusto. *A República Rio-Grandense e o Rio da Prata: A questão dos escravos libertos. II Encontro 'Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional'*. Porto Alegre, 2005.

⁴² _____. *A República Rio-Grandense e a Praça de Montevideu*, p.6.

⁴³ O mesmo receio não existia com relação a Buenos Aires, e, em 31 de julho de 1841, o Paraguai assinou o Tratado de Amizade e Recíproca Liberdade de Comércio e o Tratado de Limites com Corrientes, que reconheceu a independência paraguaia.

⁴⁴ CISNEROS, Andrés, ESCUDE, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998, p.190.

Porém, dois fatos ocorridos naquele mesmo ano concorreram para minar o acordo: A chegada do barão de Caxias ao Rio Grande do Sul e a derrota espetacular da coalizão entre colorados, unitários e correntinos na Batalha de Arroyo Grande, travada em Entre Rios. Sob o comando de Caxias, as forças imperiais colocaram os farrapos na defensiva, tirando-lhes quaisquer condições de honrar seus compromissos com seus aliados correntinos e uruguaios, que acabaram vencidos pelas tropas da Confederação Argentina comandadas por Oribe. Como os revolucionários rio-grandenses, os colorados de Rivera também passaram para a defensiva, retirando-se do território argentino e retornando a Montevideú. Vitoriosos, blancos uruguaios e federales argentinos avançaram sobre o Uruguai com o objetivo de derrubar Rivera e restaurar Oribe no poder.⁴⁵ Em fevereiro de 1843, a capital uruguaia era sitiada pelas forças invasoras, que haviam dominado a maior parte do país.

Diante da iminente queda do governo colorado e ameaça de retorno dos blancos ao poder, o Império, já com Dom Pedro II no trono, rompe oficialmente com a política de neutralidade no Prata e decide o que antes parecia impensável: Aliar-se a Rosas. Enfrentando nova insurreição em Corrientes e a ameaça de intervenção por parte da França e da Grã-Bretanha,⁴⁶ o governador portenho havia proposto ao Brasil um tratado ofensivo-defensivo com o intuito de liquidar Rivera definitivamente. Para o governo imperial e parlamentares brasileiros, tal medida era perfeitamente racional do ponto de vista da guerra no Rio Grande do Sul, pois Rivera jamais havia se mostrado um parceiro confiável e, principalmente, continuava prestando todos os tipos de auxílio aos farroupilhas. Sendo assim, e acreditando que o Estado Oriental seria dominado pelo Partido Blanco em pouco tempo, o Império procurava ao menos obter uma garantia de Rosas de que a independência uruguaia seria respeitada.

Além disso, segundo o cálculo brasileiro, a aliança com Rosas permitiria ao Império pacificar o Rio Grande do Sul, há quase oito anos em guerra. Nesse sentido, a proposta de aliança apresentada mostrava-se oportuna, e em março de 1843 o governo imperial assinou o tratado com a Confederação Argentina, representada no Rio de Janeiro pelo ministro

⁴⁵ CALÓGERAS. *A política exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998, p.509-511.

⁴⁶ Como o Brasil, a França e a Grã-Bretanha se opunham a uma eventual anexação da Banda Oriental por Buenos Aires por temer a nacionalização do Rio da Prata, e, para evitar que a capital uruguaia fosse invadida pelas forças rosistas, ameaçaram intervir no conflito.

plenipotenciário Tomás Guido. Entretanto, em face da derrota de Rivera em Arroyo Grande e do afastamento temporário da ameaça de intervenção anglo-francesa, Rosas declinou de ratificar o tratado, frustrando a breve possibilidade de colaboração entre Império e Confederação. Tal atitude reforçou as suspeitas do governo imperial com relação às reais intenções de Rosas, servindo, de certo modo, como ponto de inflexão na política platina do Império. E condição essencial para essa mudança de rumos da política imperial era assegurar a unidade nacional e reintegrar o Rio Grande do Sul ao Império.⁴⁷

Ao mesmo tempo, no Uruguai, formavam-se dois governos: O Gobierno del Cerrito, encabeçado por Oribe e com o comando de quase todo o interior do país, e o Gobierno de la Defensa, chefiado por Rivera e com jurisdição em Montevideú, onde se encontrava sitiado. Apesar do ocorrido com Rosas, o Império do Brasil passou a colaborar com Oribe para colocar um fim à Farroupilha. Ainda que Oribe fosse um aliado de Rosas, o governo imperial não via problemas em colaborar com ele para finalmente pacificar o Rio Grande do Sul, passo essencial, por sua vez, para fazer frente às ameaças que o cada vez mais explícito expansionismo rosista representava. À frente das forças imperiais, o barão de Caxias atacava os farroupilhas de um lado da fronteira, enquanto as tropas de Oribe dificultavam o contato dos mesmos com os colorados do lado uruguaio.⁴⁸

Hábil tanto no campo de batalha quanto na diplomacia, Caxias combinava operações militares fulminantes com negociações e concessões aos líderes farroupilhas, que, a essa altura, já não pareciam ter perspectivas reais de vitória. Em 1844, os farroupilhas encontravam-se esgotados após quase uma década de guerra, e os desentendimentos entre seus líderes, em parte fomentado por Caxias, tornavam a paz com o Império inevitável. Após uma série de concessões por parte do Brasil, o Rio Grande do Sul seria finalmente pacificado em março de 1845 por meio do Tratado de Ponche Verde. No Paraguai, após décadas sem reconhecer sua independência, o Império decidiu fazê-lo, e em 1844 um tratado de amizade, comércio, navegação e limites foi assinado entre o Rio de Janeiro e Assunção.⁴⁹

⁴⁷ DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889), *Textos de História*, Vol. 16, nº 2, 2008, p.225.

⁴⁸ MENDES, Jeferson. As relações diplomáticas entre o barão de Caxias, os farroupilhas e os governos platinos e provincianos durante a Revolução Farroupilha, *Revista História em Reflexão*, Vol. 2, nº 4, Jul-Dez, 2008, p.58.

⁴⁹ CERVO, BUENO. *História da política exterior do Brasil*, p.112.

Assim, terminada a Guerra dos Farrapos, o Rio Grande do Sul se reintegrava ao Brasil, a segurança das fronteiras meridionais era resguardada e o Império formava uma aliança anti-rosista com o Paraguai. Faltava assegurar a manutenção da independência do Uruguai e, conseqüentemente, a livre navegação do Prata. Sem condições de fazê-lo diretamente pela via militar, dada a debilidade interna após a Farroupilha e outras revoltas regionais, o governo imperial apoiaria o Gobierno de la Defensa por meio de empréstimos financeiros⁵⁰ no que se convencionou chamar de diplomacia dos patacões,⁵¹ intervindo militarmente de forma direta no Estado Oriental apenas seis anos mais tarde.

Conclusão

Apesar de se caracterizar como um conflito interno, a Guerra dos Farrapos representou um fator de fundamental importância para a política platina do Império do Brasil. Durante os quase dez anos de guerra, as ações do Império no Rio da Prata foram pautadas em boa parte pela situação no Rio Grande do Sul, que se impunha como um dos elementos definidores da política imperial para a região.

Se para o Brasil Rosas era visto como principal ameaça aos seus interesses, a Farroupilha agravava esse quadro ao maximizar os riscos que as ambições rosistas representavam, seja com relação à navegação da Bacia do Prata, seja pela vulnerabilidade que as fronteiras meridionais passavam a ter com o início da guerra. Ainda, as alianças estabelecidas pelos farrapos com facções orientais concorriam para situar o Império no epicentro dos conflitos platinos, além de reforçar o temor de uma eventual união entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul, preocupação existente também no tocante à possibilidade de sua anexação pela Confederação Argentina.

Deste modo, mais do que uma revolta separatista, a Farroupilha deve ser vista como uma insurreição que teve sérias repercussões na região do Rio da Prata e, conseqüentemente, influenciou as ações tanto do Império do Brasil quanto dos demais atores da região durante quase uma década.

⁵⁰ DORATIOTO. *O Brasil e o Rio da Prata (1822-1994)*, p.35.

⁵¹ Ver ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica do Brasil: as relações econômicas internacionais do Império*. São Paulo: Editora Senac, 2001.